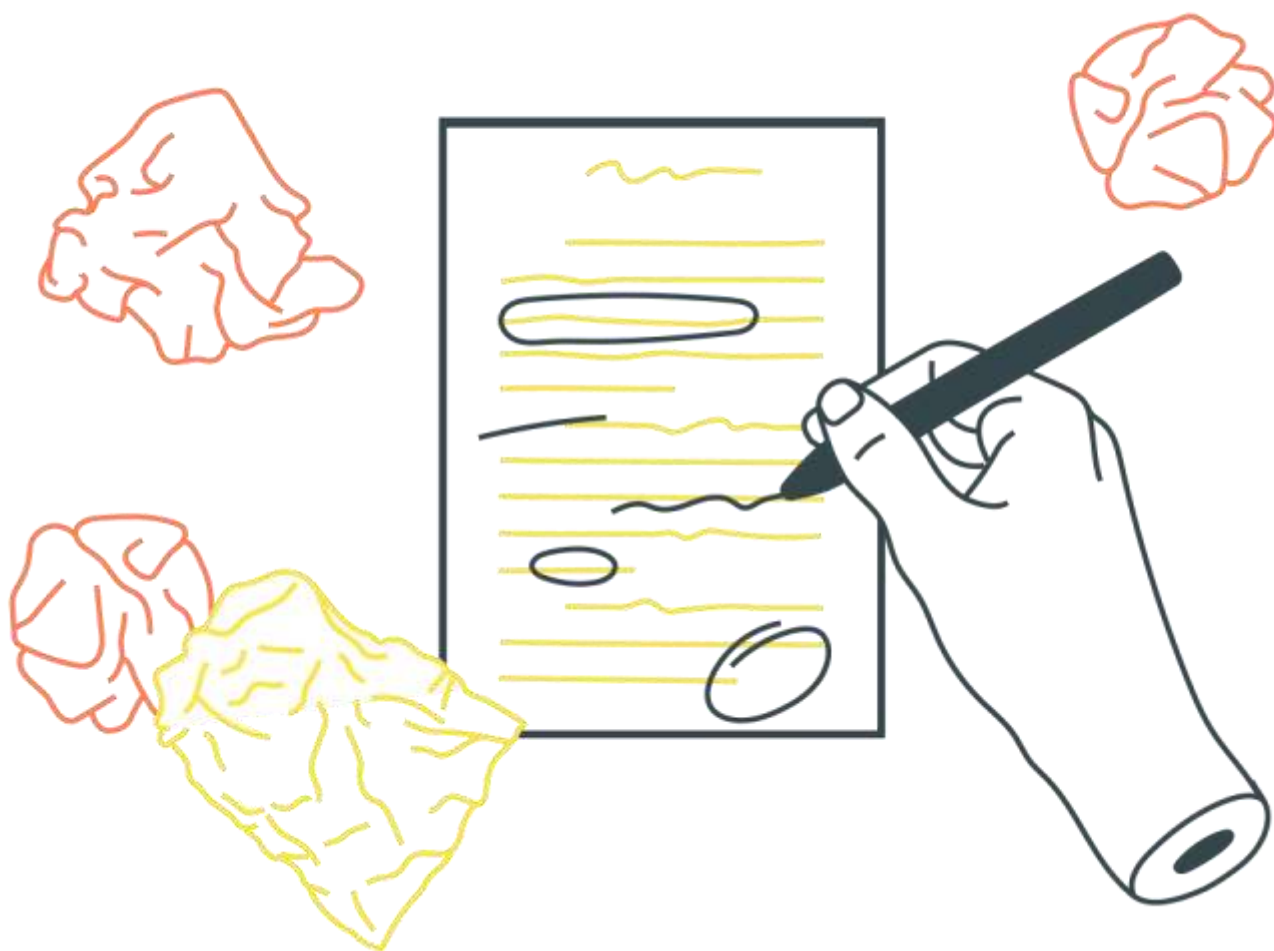


Resolução de Questões do ENEM (Noite)



Resolução de Questões do ENEM (Noite)

1- A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema A inclusão social do deficiente físico em questão no Brasil, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Texto I

Como sabemos, e como já foi referido, são inúmeros os obstáculos existentes para os **deficientes, sendo a inclusão escolar uma das grandes barreiras no nosso país. “Uma escola para todos e para cada um” é um grande objetivo a cumprir para a inclusão. Uma escola que acolhe as diferenças, que colabora (...) será um bom princípio** para combater a exclusão social. Dividir a **escola em termos de alunos “normais” e alunos “deficientes” não é certamente** um princípio inclusivo e o objetivo pretendido.

O caminho para termos uma sociedade incluída será, provavelmente, aprofundar a Educação Inclusiva apoiando todos os alunos com dificuldades, dando-lhes uma educação de qualidade **num ambiente comunitário e diverso.”**

Texto adaptado. Disponível em <http://www.deficiencia.no.comunidades.net/index.php?pagina=117711808>

Texto II

16. Financiamento Público para Ações de Inclusão

16.1 – Há alguma linha de financiamento público federal voltado para programas de inclusão com pessoas de deficiência?

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Programa de Apoio a Investimentos Sociais de Empresas (PAIS), disponibiliza recursos para financiar os programas empresariais.

16.2 – Quais são os itens financiáveis?

Obras civis e adaptação física de instalações, equipamentos especiais, ajudas técnicas – próteses, órteses, equipamentos, elementos especiais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização, equipamento e material pedagógico especial, maquinaria e utensílios de trabalhos especiais -, capacitação de pessoal para convívio no trabalho com as PPD, capacitação das PPD para assumirem postos de trabalho e consultoria técnica para a realização dos projetos e atividades. As informações podem ser encontradas na página do **BNDES na internet: <http://www.bndes.gov.br/programas/sociais/pais.asp>.**

*Inclusão das pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho.
Ministério do Trabalho e Emprego, 2007*

Texto III

Janeiro de 2016 marca o início de um novo olhar sobre os 45 milhões de brasileiros com algum grau de deficiência. Entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), que afirmou a autonomia e a capacidade desses cidadãos para exercerem atos da vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas. Agora começa também a batalha para tornar realidade o rol de direitos garantidos pela nova lei.

A semente da LBI foi lançada no Congresso Nacional, 15 anos atrás, pelo então deputado federal Paulo Paim (PT-RS). Ao chegar ao Senado, ele reapresentou a proposta, que acabou resultando na Lei 13.146/2015. A tramitação na Câmara possibilitou à relatora, deputada federal Mara Gabrilli (PSDB-SP), ajustar o texto original às demandas dos movimentos sociais e aos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto Legislativo 186/2008), que recomendava a eliminação de qualquer dispositivo que associasse deficiência com incapacidade.

— A LBI foi um grande avanço. Agora, entramos em um período de ajustes. O ideal é criar uma cultura de inclusão e derrubar barreiras que ainda existem. Ao se exercer os direitos previstos na lei, devem surgir casos de punição por discriminação e isso vai ter um efeito cultural e pedagógico positivo — comentou o consultor legislativo da área de Cidadania e Direitos Humanos do Senado, Felipe Basile.

As inovações trazidas pela nova lei alcançaram, entre outras, as áreas de saúde, educação, trabalho, assistência social, esporte, previdência e transporte. A seguir, destacam-se alguns dos avanços fundamentais para a conquista da autonomia na causa da deficiência.

Capacidade civil	Garantiu às pessoas com deficiência o direito de casar ou constituir união estável e exercer direitos sexuais e reprodutivos em igualdade de condições com as demais pessoas. Também lhes foi aberta a possibilidade de aderir ao processo de tomada de decisão apoiada (auxílio de pessoas de sua confiança em decisões sobre atos da vida civil), restringindo-se a designação de um curador a atos relacionados a direitos de ordem patrimonial ou negocial.
Inclusão escolar	Assegurou a oferta de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino. Estabeleceu ainda a adoção de um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, com fornecimento de profissionais de apoio. Proíbe as escolas particulares de cobrarem valores adicionais por esses serviços.
Auxílio-inclusão	Criou benefício assistencial para a pessoa com deficiência moderada ou grave que ingresse no mercado de trabalho em atividade que a enquadre como segurada obrigatória do Regime Geral de Previdência Social.
Discriminação, abandono e exclusão	Estabeleceu pena de um a três anos de reclusão, mais multa, para quem prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou exercício de direitos e liberdades fundamentais da pessoa com deficiência.
Atendimento prioritário	Garantiu prioridade na restituição do Imposto de Renda aos contribuintes com deficiência ou com dependentes nesta condição e no atendimento por serviços de proteção e socorro.
Administração pública	Incluiu o desrespeito às normas de acessibilidade como causa de improbidade administrativa e criou o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão), registro público eletrônico que irá reunir dados de identificação e socioeconômicos da pessoa com deficiência.
Esporte	Aumentou o percentual de arrecadação das loterias federais destinado ao esporte. Com isso, os recursos para financiar o esporte paralímpico deverão ser ampliados em mais de três vezes.

Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/01/21/lei-brasileira-de-inclusaoentra-em-vigor-e-beneficia-45-milhoes-de-brasileiros>

Texto IV



Disponível em: http://www.ccsp.com.br/site/peca_agencia/27188/Imagine-se-voce-tivesse-que-escalar-um-muro-a-cada-esquina

2. Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema O esporte como ferramenta de inclusão social no Brasil, apresentando proposta de ação social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

Projetos sociais que têm o esporte como ferramenta de inclusão social são um importante aliado na formação de crianças e adolescentes. Nas diferentes modalidades o trabalho resgata valores que são fundamentais para o desenvolvimento e a aprendizagem dos jovens, seja no futebol, no basquete, ou no vôlei. Tanto que, no Brasil, é grande o número de instituições do terceiro setor que se dedica a atividades na área; e até esportes pouco populares por aqui, como badminton e hockey de grama, por exemplo, estão presentes em iniciativas nos diferentes estados do país.

Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/acao/noticia/2013/10/por-meio-do-esporte-ongs-detodo-o-pais-promovem-inclusao-social.html>. Adaptado.

TEXTO II



Disponível em: <https://waldircanal.files.wordpress.com/2010/05/esporte-paraolimpico.jpg>.

TEXTO III

O novo ministro do Esporte, George Hilton, disse hoje (2) que o esporte no país deixou de ser apenas uma vitrine para o talento brasileiro e se transformou em um meio de inclusão social que deve estar ao alcance de todos.

Durante a cerimônia de transmissão de cargo, Hilton avaliou que, nos últimos anos, o Brasil se tornou mais do que o país do esporte. No entanto, segundo ele, o esporte nunca deixou de ser parte importante do país e dos brasileiros.

"Vou dar atenção especial ao esporte social, ao esporte de inclusão, ao esporte educacional e ao esporte comunitário. Quero intensificar a parceria com o Ministério da Educação para consolidar o programa Atleta na Escola", prometeu. "Este é o caminho para o desenvolvimento sustentável do esporte brasileiro".

O novo ministro lembrou que o nascer da pasta, há 12 anos, não foi fácil e que o esporte é considerado por ele um setor historicamente relegado dentro do poder público. Uma das prioridades, segundo Hilton, será ampliar o debate no Congresso Nacional para a renovação da Lei de Incentivo ao Esporte, cujo prazo de validade se expira este ano.

"Atendi ao chamado da presidenta sabendo que é um grande desafio dar continuidade ao trabalho que vem sendo feito", disse. "Mas temos hoje ativo e consolidado um ministério

exclusivo para representar os anseios da comunidade esportiva e conduzir políticas públicas no mundo do esporte", concluiu.

Disponível em: <https://www.brasil247.com/pt/247/esporte/165367/George-Hilton-querreforçar-esporte-como-inclusão-social.htm>